

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnicas no Atlântico negro

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento



Gabriel dos Santos Gonzaga

Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre

Porto Alegre, RS - BRASIL

lattes.cnpq.br/8662083949573316

gabriel.sgonzaga@outlook.com



orcid.org/0000-0003-0267-7675



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180318472026e0103>

Editores Responsáveis (Convidados):

Claiton Marcio da Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul

orcid.org/0000-0002-4582-4586

André Secchieri Bailão

Fundação Oswaldo Cruz

orcid.org/0000-0003-1577-3375

William San Martín

Worcester Polytechnic Institute - EUA

orcid.org/0000-0003-2457-372X

Recebido: 31/01/2026

Aprovado: 21/07/2026



Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnicas no Atlântico negro

Resumo

Este artigo aborda a ação dos clubes negros do Rio Grande do Sul, região sul do Brasil, diante das mudanças climáticas. A partir de uma experiência de campo desenvolvida entre 2022 e 2025, em Porto Alegre-RS, trato das enchentes que cobriram o estado gaúcho no mês de maio de 2024 enquanto uma intrusão na historicidade dos clubes negros, que requer dessas associações um reposicionamento ontológico e epistemológico. Desse modo, questiono: como os clubes negros se posicionam diante das mudanças climáticas? Como essas associações elaboram suas histórias e memórias considerando o “novo regime climático”? Para responder, utilizo um exercício descritivo e prescritivo a partir da observação das performances temporais dos clubes negros — ou seja, seus regimes de historicidade. Por fim, argumento que, atualmente, os clubes negros podem ser considerados como tecnologias da memória negra (análogo ao conceito de cosmotécnica). A fim de reagir às mudanças climáticas, os clubes devem incorporar na composição de suas contra-historicidades, baseadas no Atlântico negro, o cruzamento fundamental entre o racismo e o extrativismo ambiental da Era das Plantações, conceito alternativo e complementar ao de Antropoceno.

Palavras-chave: clubes negros; cosmotécnica; mudanças climáticas.

Black clubs facing the Plantationocene: climate change and cosmotechnic in the Black Atlantic

Abstract

This article examines the actions of Black clubs in Rio Grande do Sul (RS), in southern Brazil, in the face of climate change. Based on fieldwork conducted between 2022 and 2025 in Porto Alegre-RS, I address the floods that covered RS in May 2024 as an intrusion into the historicity of Black clubs — an intrusion that demands an ontological and epistemological repositioning on the part of these associations. Accordingly, I ask: how do Black clubs position themselves in relation to climate change? How do these associations elaborate their histories and memories in light of the “new climatic regime”? To answer these questions, I employ a descriptive and prescriptive exercise based on the observation of the clubs’ temporal performances — that is, their regimes of historicity. Finally, I argue that, at present, Black clubs can be understood as technologies of Black memory (analogous to the concept of cosmotechnics). However, in order to respond to climate change, these clubs must incorporate into the composition of their counter-historicities, rooted in the Black Atlantic, the fundamental intersection between racism and environmental extractivism of the Plantationocene — an alternative and complementary concept to that of the Anthropocene.

Keywords: black clubs; cosmotechnic; climate change.

Introdução

Lembrar, não deixar esquecer, é sinônimo de não morrer. De quilombos em armas a coroas e faixa, resistências tão sonhadas. A política da memória é trazida com as águas.

Ágatha Rolim (2025)¹.

Durante semanas, era como se o céu desabasse sobre as nossas cabeças. Em setembro de 2023, em Porto Alegre, era possível assistir passivamente às águas engolirem o Vale do Taquari, no interior do estado. Em abril do ano seguinte, a cena voltou e se repetir, mas a postura metropolitana, em especial da prefeitura de Sebastião Melo², era de indiferença sobre a possibilidade da catástrofe engolir também a capital do estado. Talvez todos nós, cidadãos e modernos, estivéssemos adormecidos por tempo demais. Talvez, seguindo o argumento da historiadora gaúcha Renata Dal Sasso (2025), tivéssemos nos esquecido das águas.

Para Sasso (2025), a política de memória oficial da capital gaúcha, ao longo do século XX, se pautou pelo esquecimento da relação com os rios, ao passo que colocou em marcha um projeto de modernização que conjugava a canalização do rio Jacaré e seus afluentes com a gentrificação do espaço urbano: “depois dos rios, restava a domesticação das pessoas, os cortes mal feitos nas árvores, as capas de asfalto deixando a água do céu sem escape para o chão” (Sasso, 2025, p. 156). Uma vez que se alcançou a composição atual da cidade, continua Sasso (2025, p. 34), as enchentes frequentes no fim do século XIX e começo do XX se tornaram um só mito, parte de uma relação temporal experimentada enquanto distância entre passado e presente: “entre abril e maio de 1941 choveu tanto sobre o Rio Grande do Sul que Porto Alegre decidiu dissolver o evento num mito, numa enchente, para mim e, ousado dizer, para a maioria dos seus habitantes, sem mês”. As fotografias em preto e branco do centro histórico alagado em 1941 representam

¹ Ágatha Rolim é uma jovem graduanda em História, poeta e slamer natural de Porto Alegre. Agradeço a ela por ceder esses trechos para este artigo.

² As gestões de Sebastião Melo na prefeitura têm sido marcadas por políticas neoliberais de terceirização e privatização do serviço público. Em 2024, o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) mapeou as variadas e numerosas alianças firmadas por Melo para vencer o pleito. A pesquisa liderada por Marcelo Kunrath Silva (2024) demonstrou a rede de agentes políticos e econômicos que loteou a cidade de Porto Alegre, influenciou cortes e reduções no orçamento da seguridade social e flexibilizou legislações ambientais em prol de construções e investimentos de interesse privado.

na memória gaúcha um ponto de virada em relação ao período em que era preciso lidar constantemente com a intencionalidade dos rios. Com a canalização e a construção do sistema de contenção de cheias do Guaíba³, os porto-alegrenses se esqueceram dessa agência não humana e tentaram apagar os vestígios que revelam que os atuais bairros mais valorizados pelo mercado eram, antes desse processo histórico, habitados principalmente por descendentes de africanos escravizados⁴. As enchentes de maio de 2024, por um breve período, reabriram uma história que até então parecia encerrada.

“A questão é que, no Rio Grande do Sul de 2024, bastaram uns três dias para chover o que fez a cidade alagar mais do que no início do século passado”, escreve Sasso (2025, p. 196). Esse retorno, ou abertura, ou mesmo o desmanche do que a flecha do tempo tão bem construiu, acontece diante de uma *desorientação geral*, que nomeio no texto de mudanças climáticas, ou, nas palavras de Latour (2020b, p. 18), a sensação de que o solo está em vias de ceder. Em maio daquele ano, o Guaíba — o “encontro das águas”⁵ — subiu e reivindicou também o asfalto. O Sarandi, Humaitá e Navegantes, bairros da zona norte da capital, foram severamente atingidos após o rompimento do dique de proteção. O mesmo ocorreu no centro histórico e em vários outros locais na cobertura das margens do rio. Lembro-me da ansiedade que senti nas ruas enquanto buscava retornar para casa: muitos veículos, buzinas e o rádio que noticiava, minuto a minuto, a altura da cota de inundação, os pontos atingidos e as previsões do clima para a semana. Em determinado momento, o Guaíba registrou a marca histórica de 5,35 metros de altura na barreira de contenção, ultrapassando o recorde histórico de 1941. Na mesma cena, avisos da defesa civil e políticos fantasiados com coletes de sinalização. Assistimos, mais uma vez, o que Latour (2020a) chamou de intrusão de Gaia. Para o filósofo, inspirado no ambientalista James Lovelock, Gaia significa o fim de um conceito de uma natureza inerte e comum a

³ Talvez como parte desse “esquecimento” apontado por Renato Dal Sasso (2025), Porto Alegre é protegida das cheias dos rios por um sistema de drenagem e contenção, composto por, além do muro que cerca a cidade, casas de bombas que fazem a drenagem.

⁴ No Rio Grande do Sul, há uma vasta bibliografia que estuda esses processos de apagamento e as espacialidades negras — os chamados Territórios Negros. Ver, especialmente, a dissertação de Daniele Vieira (2017).

⁵ Significado de “Guaíba” para os povos guaranis, citado no ensaio de Renata Dal Sasso (2025, p. 61).

todos os organismos, uma vez que se compreende que a zona da Terra que comporta a vida (a biosfera) é uma composição em rede de indivíduos e seus ambientes. É nesse sentido que o tempo (de referência comum) encerrou quando o espaço (a paisagem), até então subjugado ao primeiro, toma sua posição. É o fim da historicidade justo quando nada mais escapa às historicidades. Como diz Latour (2020a, p. 343, grifo do autor): “Gaia é uma *potência de historização*”.

As enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, entraram para a relação das piores catástrofes ambientais do Brasil. Segundo a nota técnica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 418 municípios gaúchos declararam estado de calamidade pública, de um total de 497 cidades. 2,3 milhões de pessoas foram afetadas. Mais de 870 mil tiveram seus domicílios atingidos (8,8% da população do estado). Dessas, 310 mil pessoas em situação de vulnerabilidade no cadastro oficial da União (correspondente a 9,7% da população em situação de vulnerabilidade no RS) (Pereira, R., 2024). Constam 209 pessoas entre mortas ou desaparecidas, e 600 mil pessoas ficaram desalojadas (Pillar; Overbeck, 2024). Os danos causados pelas águas se estenderam a 478 municípios, entre cheias de margens, inundações e deslizamentos de terra. A mancha de lama se espalhou por todo o mapa rio-grandense, incluindo o estado na lista de conflitos por justiça climática no Brasil (FIOCRUZ, 2026).

Assisti a tudo isso de uma perspectiva específica. Na época, realizava uma pesquisa de campo etnográfico estudando os trabalhos de memória dos clubes negros⁶. Não me preocupava com a questão climática e, tal qual a organização política dessas associações, fui interrompido quando as águas começaram a transbordar. Por isso, foram necessários dois anos, acompanhando os desdobramentos desse evento, para começar a responder às questões que animam este texto: como os clubes negros se posicionam diante das mudanças climáticas? Como essas associações elaboram suas histórias e memórias

⁶ A pesquisa em questão resultou na minha tese de doutoramento em História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, orientada pelo professor Rodrigo Turin (Unirio). Na ocasião narrada, trabalhava com minhas companheiras na inauguração do espaço expositivo do Memorial da Associação Satélite Prontidão, um projeto de história pública em espaço negro que norteou minha tese. A enchente de maio de 2024 interrompeu os planos do Memorial e forçou que dedicássemos os meses seguintes ao auxílio à comunidade negra. Este artigo é uma tentativa de análise dessa experiência, uma imprevisibilidade do campo etnográfico. À parte disso, é possível acompanhar o trabalho do Memorial da ASP (2026).

considerando isso que Latour (2020a) nomeou de “novo regime climático”? Essas perguntas guiam o exercício metodológico de descrição das entidades, indivíduos e elementos que compõem um determinado mundo. Nas palavras de Latour (2020b, p. 115, grifo do autor), se trata de um exercício primordial para o tipo de cosmopolítica exigida pelas recentes transformações do comportamento da Terra: “[...] listar aquilo de que ele [um indivíduo ou coletivo] precisa para sua subsistência, e, conseqüentemente, aquilo que ele está *pronto para defender*, com sua própria vida se for preciso”. Porém, muito aquém desta tarefa hercúlea, minha intenção é responder à problemática observada nos clubes negros com uma descrição do tipo de comportamento temporal que se mostra fundamental nesses espaços, seguindo algo semelhante à etnografia da historicidade, inspirada tanto por Charles Stewart (2016) quanto por Michel-Rolph Trouillot (2016). No entanto, aderindo à crítica ontoepistemológica (o cruzamento entre conhecimento científico e modo de existência) de Denise Ferreira da Silva (2022), entendo que a historicidade é um descritor próprio da episteme interpretativa (pertinente nas ciências humanas desde a metade do século XX), que visa englobar o *ser-negro* em uma relação de transparência, uma fixação em formas de total compreensão e, portanto, controle. É por isso que a problemática que os clubes negros enfrentam há décadas é complexa: precisam se posicionar, conhecer a si mesmos, e reagir a agentes humanos e não humanos, ao mesmo tempo em que produzem seus arsenais ontoepistemológicos.

Este artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta e narra o comportamento dos clubes negros na época das enchentes de maio de 2024, especialmente na Associação Satélite Prontidão (ASP), de Porto Alegre, situação que acompanhei de perto, e sugere que essas entidades se compreendem cada vez mais enquanto tecnologias da memória negra; a segunda discute a nomenclatura utilizada para descrever as mudanças climáticas, estabelecendo que o termo Era das Plantações talvez comporte melhor as relações entre raça e extrativismo ambiental exigidas por uma perspectiva antirracista da ecologia; a terceira, por fim, retoma o conceito de Atlântico negro como orientação política para os clubes negros, uma vez que possa ser reconsiderado enquanto um *espaço cosmotécnico*, com as devidas implicações desse movimento teórico e prático.

Tecnologias de cuidado

Nos dias do mês de maio, ficamos reclusos em casa e, assim como vários amigos, me dividi entre a rotina e atividades voluntárias para auxiliar as *refugiadas climáticas*. Tal qual ocorreu na pandemia da Covid-19, pairava a sensação de que nada seria como antes e que as enchentes representavam um ponto de virada, ao menos na política local. Mas o que se observou foi um movimento de resignação, um conformismo a respeito das condições que empurraram os gaúchos para a catástrofe, especialmente por conta da reiterada afirmação das autoridades políticas de que fatores inevitáveis (supostamente “técnicos”) levaram ao deslizamento da lama pelas águas⁷. Rapidamente, quase em sincronia com a transmissão de imagens de pessoas sendo socorridas dos telhados de suas casas, um discurso acelerado de reconstrução ganhou tração nas redes sociais e nas falas públicas dos governos municipais, estadual e federal. Em pouco tempo, foi possível constatar que grupos econômicos responsáveis pelas agendas neoliberais — de privatização de estatais e flexibilização de regras de licenciamento ambiental — criaram propostas que, basicamente, defendiam seus investimentos e propriedades (Cadoná, 2024). O desejo de retomar o mundo destruído pelas correntezas foi ainda mais notável quando o prefeito de Porto Alegre foi reeleito no pleito de 2024, asseverando o programa de destruição que moveu sua gestão. Quando as águas atingiram a capital, servidores públicos, técnicos do Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DMAE), denunciaram que Melo ignorou relatórios do fim de 2023, os quais o alertaram sobre os riscos de o Guaíba ultrapassar a marca histórica da enchente de 1941 por conta de problemas de drenagem (Mascarenhas; Medina, 2024).

⁷ As enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul foram associadas ao fenômeno do El Niño, o aquecimento periódico do Oceano Pacífico, resultando na dispersão da umidade da região amazônica para o sul do país. A hidrografia do estado colaborou com o alto volume de chuvas, sendo uma das maiores do Brasil, dividida entre as bacias do Uruguai, na fronteira oeste, a bacia do Guaíba e a litorânea. No entanto, a intensidade das chuvas foi atrelada ao aquecimento da temperatura média do planeta. O ano de 2024 foi considerado mais quente da história planetária, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o primeiro ano a ultrapassar a meta de 1,5 °C estabelecida pelo Acordo de Paris, assinado em 2015 (Nações Unidas no Brasil, 2025).

Diante desse cenário, como compreender as posições dos clubes negros?⁸ Antes de adentrar essa questão, é preciso descrever de que modo a paisagem urbana se apresenta vista a partir dessas associações. Interpretações da conjuntura política pautadas no avanço neoliberal (Hartwig; Hohendorff, 2024) podem desconsiderar a *racialidade*, o que o filósofo Victor Galdino (2024) chamou de “partilha colonial do sensível”, a cartografia de um mundo racializado. Segundo o autor, não basta evidenciar e qualificar o enunciado que diz que as pessoas racializadas sofrem, com intensidade maior, as consequências dos crimes ambientais. É necessário desvelar a racialidade da cadeia de eventos que antecede e sucede às catástrofes e, ao mesmo tempo, mantém ilesa a fé no progresso tecnológico e social, na flecha do tempo histórico linear e unidirecional da historicidade moderna. Para tanto, avaliou Galdino (2024, p. 127), o racismo ambiental não pode ser tratado como efeito “[...] de algo que aconteceu imediatamente antes em uma sequência temporal, mas como composições e recomposições que alimentam o Capital global, não importa se hoje ou há dezoito ou duzentos anos”. A racialidade é o fundamento sobre o qual o mundo do extrativismo ambiental se alastra, reduzindo ontologias e cosmologias a meros instrumentos e/ou mercadorias. Sendo assim, o tanto redigido sobre a política econômica, que fragilizou o Rio Grande do Sul diante dos eventos extremos, expressa também um tipo de anseio por reconstrução — uma melancolia à esquerda — ou o conserto de um mundo que, como se acredita, as pessoas ainda desejam. Resta, portanto, escrever sobre o que ocorreu nessa dimensão da composição racial das mudanças climática. Especialmente sobre as alternativas apresentadas por quem resistiu e reelaborou esse novo regime. Que mundos, afinal, (re)existem para além das vontades modernas de retomar o rumo utópico

⁸ O estudo das respostas às catástrofes climáticas, há alguns anos, tem destacado esta *inércia social*, como avaliam Robert J. Brulle e Karie Marie Norgaard (2009). Embora seja possível relacionar esse comportamento com a política municipal, dificilmente os clubes negros correspondem a essa explicação. Meu trabalho de campo me fez localizar os clubes em um antagonismo entre interpretações distintas sobre as mudanças climáticas, semelhante ao que Alisson Ford e Kari Marie Norgaard (2020) nomeiam de *subjetividades ambientais*. Contudo, diferente dos autores citados, possuo um compromisso com a composição dessa coletividade, por dividir com os clubes negros uma gama de interesses e *fronts* cosmopolíticos. Em outras palavras, a bandeira comum sobre um humanismo planetário, sobre o qual discorro ao fim deste texto.

da história, seja do sonho revolucionário comunista, seja das aspirações galácticas dos aceleracionistas (refiro-me ao bilionário Elon Musk)?

Os clubes negros respondem parcial e contraditoriamente a essas perguntas, me adianto. Essas associações surgiram na metade do século XIX a partir do novo código civil que permitiu a criação de sociedades seculares — antes disso, as organizações negras mais antigas eram ligadas à Igreja Católica, como as Irmandades do Rosário. Desde então, diversas instituições foram criadas visando necessidades básicas e comunitárias da vida dos africanos: estabelecer fundos de pecúlio para ajuda rápida no falecimento de familiares; fornecer auxílio financeiro e jurídico; incentivar a organização política; oferecer educação infantil e profissional; possibilitar atividades de lazer e entretenimento, especialmente bailes e o carnaval. Em sua maioria, os clubes negros apareceram em um momento histórico em que a demarcação entre espaços brancos e negros era afirmada publicamente, com maior recorrência nas regiões sul e sudeste do Brasil⁹. Desse modo, nessas primeiras aparições, os clubes se apresentaram como *espaços seguros* que possibilitaram a comunhão, o encontro e a reprodução de relações de parentesco na comunidade negra. Não por outro motivo, os clubes negros se dirigiam às famílias negras, amparando suas formações, reproduções e consolidação de classe social. De tal modo, essas associações oscilavam entre espaços alternativos, que apresentavam outra designação de modernidade cultural, e o desejo de inclusão nas relações modernas de poder, algo que transparecia na reprodução de relações patriarcais de gênero e sexualidade entre homens e mulheres negras.

No fim do século XX, os clubes negros passaram a se (re)organizar coletivamente diante do agravamento de crises administrativas e financeiras internas. Esse movimento se consolidou com a criação do Museu Treze de Maio, em 2001, em Santa Maria, e a realização de um encontro nacional, também na cidade do interior gaúcho, em 2006 (Escobar, 2010). Na década de 2010, os clubes viveram uma verdadeira efervescência, a partir da consolidação de um conceito

⁹ O projeto liderado pela prof^a. Giane Vargas, Clubes Sociais Negros da Diáspora Africana, oferece uma visão panorâmica da dispersão dos clubes negros, resultado de quase duas décadas de mobilização nacional. Ver Clubes Sociais Negros da Diáspora Africana (2026a).

comum, criado pelo poeta afrogaúcho Oliveira Silveira, a realização de um segundo encontro nacional em Sabará–MG, a formação de redes nacionais e estaduais e o ingresso com o pedido de reconhecimento como patrimônio cultural imaterial frente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁰. Desse pedido derivou um mapeamento nacional realizado por técnicos do IPHAN (Lima; Silva, 2015) e a fundamentação de uma identidade comum baseada na memória negra (Braga, 2019). A memória se tornou a categoria que reordenou a existência dos clubes negros, alicerçando os processos de tombamento que ocorreram em níveis municipais e estaduais (Lima, 2015) e a organização de acervos comunitários em clubes negros¹¹. Com a formação das redes e a comunicação constante dos clubes a partir da tecnologia digital, tornou-se difícil dissociar as realidades particulares da totalidade dessas instituições, que estão presentes em vários países da América Latina (Silva, 2017; Vargas; Domingues, 2025). Não por outro motivo, o estudo acadêmico sobre os clubes negros, aliado ao campo da história do Pós-abolição, cresceu vertiginosamente (Domingues, 2023).

Nesse processo, que envolveu a formação de redes, campos acadêmicos de pesquisa e provocações ao Estado, os clubes negros produziram diversos conceitos sobre *si mesmos*: de lugares de memória (Escobar, 2010), de espaços políticos (Silva, 2017), além do conceito mais vinculado pelo movimento clubista, originalmente proferido por Oliveira Silveira: “[...] espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo” (Oliveira Silveira, 2008 *apud* Escobar, 2010, p. 61). A fim de abarcar a contemporaneidade com as tecnologias digitais, com a atenção aos trabalhos de memória e as operações desses espaços seguros, minha opção é estabelecer uma interlocução com os clubes negros considerando-os como tecnologias da memória negra. Nesse sentido, descrevo as *performances* dos clubes, o que

¹⁰ Os encontros nacionais resultaram em dois documentos normativos centrais para a organização clubista: a *Carta de Santa Maria* (2006) e a *Carta de Sabará* (2010). Esses documentos estão disponíveis online para consulta: ver Clubes Sociais Negros da Diáspora Africana (2026b)

¹¹ Vários clubes negros gaúchos seguem este caminho memorialístico como estratégia de visibilidade. Entre algumas associações, cito: Sociedade Floresta Aurora (de Porto Alegre); Clube Seis de Maio (de Gravataí); Sociedade Cultural e Beneficente União (de Santa Cruz); Clube 24 de Agosto (de Jaguarão); Clube Cultural Fica Ahí Prá Ir Dizendo (de Pelotas); Clube Recreativo Harmonia (de Caçapava do Sul); além da Associação Satélite Prontidão (de Porto Alegre).

fazem, não necessariamente o que são¹². Desse modo, esboço o alinhamento dessas associações negras com duas agendas cosmopolíticas, em escalas diferentes: da cosmotécnica e da tecnodiversidade, defendidas amplamente pelo filósofo chinês Yuk Hui (2020), e das tecnologias dos espaços seguros (Almeida, 2022), do refúgio (Bona, 2020) e da quilombagem, como sentido para a liberdade (Nascimento, 2021; Gonzaga, 2025; Roberts, 2025).

Segundo Hui (2020, p. 39), cosmotécnica significa “a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou de obras de arte”. Com isso, Hui argumenta que uma vez que a tecnologia moderna opera com um conceito de natureza inerte, posicionada assim para fins de uma economia extrativista, é preciso que outras tecnologias possam intervir e fragmentar esse conceito, o que o filósofo chama de tecnodiversidade — “todas as culturas não europeias deveriam sistematizar as próprias cosmotécnicas e as histórias dessas cosmotécnicas” (Hui, 2020, p. 42). A opção de alinhar os clubes negros à ideia de tecnodiversidade visa principalmente defender a atualidade dessas instituições contra uma crença vigente de que são formas de convivência que perderam sua força diante de uma paisagem política neoliberal de representatividade negra. Diversas vertentes da crença no tempo linear e sua flecha progressista enxergam os clubes negros como vestígios de um passado no qual a composição racial da sociedade era mais contrastante. Porém, para que essa proposta político-normativa faça sentido para as clubistas, é preciso corrigir o entendimento sobre a modernidade no conceito de cosmotécnica de Hui, de modo que se compreenda os processos de racialização como centrais para a ideia de natureza no Antropoceno. Sigo essas correções no decorrer deste trabalho. Por ora, posso dizer que os clubes negros são, antes de tudo, tecnologias de

¹² Como observei em campo, também é essa a relação que os clubes negros, forçando uma generalização, possuem com seus acervos. A memória é posicionada enquanto um *instrumento* — como destaca a fala de Richard Guterres Alves, presidente da ASP e da Executiva dos Clubes Sociais Negros do RS: “Nossa piscina é a memória” (anotação do caderno de campo, 01 de setembro de 2023). Mas a relação dos clubes com todos esses conceitos é de *mediação*, e é nesse sentido que há uma passagem prescritiva-normativa quando estabeleço que a atenção recaia sobre as *operações* desses patrimônios e não em suas *essências*. Esse posicionamento, ao meu ver, mais fiel ao clubismo negro, exige também um olhar para a memória enquanto um ente *protético*, ou seja, uma exteriorização do *ser* que se constitui em relação com seu ambiente. Sobre isso, ver tanto o artigo de Gabriel Gonzaga e Alex Sandro Malaquias (2024), quanto o clássico conceito de *espaços de recordação* de Aleida Assmann (2011).

cuidado e refúgio, e que são compostos de uma historicidade ancestral análoga ao que a historiadora Maria Beatriz Nascimento (2021) chamou de “sistemas alternativos” quilombolas. Essa afirmação é amplamente confirmada pelas minhas interlocutoras de campo, como demonstro a seguir.

Em maio de 2024, estava trabalhando em uma exposição do Memorial da Associação Satélite Prontidão (ASP), clube negro com 124 anos de existência, atualmente localizado na zona norte de Porto Alegre. Foi a partir dessa posição que passei a rascunhar a diferença que observava entre os discursos da reconstrução na política de memória oficial e aqueles que concentraram as atenções no cuidado com a ferida provocada por um mundo racializado. No dia 08 de maio, ainda sob chuva e inundações na cidade, fui até o Satélite Prontidão para trabalhar como voluntário no recém-inaugurado centro de distribuição de doações, que se instalou emergencialmente na Associação. Esse centro surgiu de uma aliança já estabelecida entre a Rede Afro-ambiental e o Prontidão, tendo sido composto também por lideranças do movimento negro gaúcho e ialorixás e babalorixás, referências para os povos de terreiro.

Curiosamente, a organização se autodenominou “Rede das redes”¹³. Além das já citadas, a Rede contou com o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), o Grupo Mulheres de Axé do Brasil, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e a Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU). Enxerguei nessa composição uma rede que estendeu sua comunicação para além das determinações originais. A Rede das redes foi criada especialmente para atender aos povos de terreiro afetados pelo avanço das águas, oferecendo cuidado, apoio e um espaço seguro, e se estendeu aos bairros periféricos da zona norte da

¹³ É possível conferir fotos e vídeos sobre a organização através da página da Rede Afroambiental e de uma página criada pela Rede das redes no Instagram - ver Rede Afroambiental (2026a) e Central Rede das Redes (2026). Sobre a Rede Afroambiental, se trata de um coletivo com abrangência internacional, criado no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992 (a ECO 92), com forte atuação dos povos de terreiro. Segundo seu site, a Rede defende “[...] uma visão ancestral da Terra como um ser vivo — a grande mãe — que deve ser cuidada e respeitada para garantir a continuidade da vida”, alinhada com a religiosidade de matriz africana. Como observei no Satélite Prontidão, existem alianças entre os clubes negros e os povos de terreiro, sem, no entanto, se confundirem. Reside nessas alianças um potencial de expansão do clubismo negro em relação à concepção da natureza — ver Rede Afroambiental (2026b).

capital. Meses depois, em entrevista, o presidente do Prontidão à época, Richard Evandro Guterres Alves¹⁴, narrou a estruturação do centro de distribuição.

Então, essas entidades, que têm presença nacional, se organizaram para prestar apoio para os seus integrantes, estabelecendo, na sede do Satélite Prontidão, um centro de distribuição. Ou seja, recursos eram captados, tanto junto ao Estado, seja na esfera municipal, estadual, e federal, como também de doadores privados, por intermédio das articulações dessas entidades e também do Satélite Prontidão com outras instituições. O espaço do Satélite Prontidão foi usado para armazenagem desses suprimentos, organização, repartição desses suprimentos em cestas básicas, e a distribuição para as famílias que estavam sendo recebidas dentro dos ilês, que são as Casas de Santo, como também para a comunidade em geral, em torno do Satélite Prontidão. Cabe dizer que o Satélite Prontidão está localizado na Zona Norte de Porto Alegre, próximo do bairro Sarandi, que foi duramente atingido. Muitas pessoas do bairro Humaitá, que fica na Zona Leste [Norte], se transferiram para a Zona Norte, nas áreas que não foram atingidas pela enchente, também procuraram o Satélite Prontidão para serem atendidas com gêneros, roupas, colchões, remédios. Chegou o caso até das cidades vizinhas, como Alvorada, Cachoeirinha, Canoas e Guaíba, serem atendidas a partir do centro de distribuição instalado na sede da Associação Satélite Prontidão. [...] Então, nós atendemos mais de 15 mil famílias, mais de 30 toneladas de alimentos, fora uma grande quantidade de roupa, remédios e material de higiene¹⁵.

Durante a entrevista, Richard, que também presidia a Executiva dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul¹⁶, relatou que os clubes negros estiveram entre as vítimas e as protagonistas nas ações de enfrentamento das enchentes. Richard me contou que outros clubes negros, no interior do estado e na região metropolitana, também se transformaram em centros de distribuição e de ajuda mútua, como os clubes da cidade de Canoas (severamente atingida pela cheia do Guaíba), o Rui Barbosa e o Castro Alves, o Seis de Maio, de Gravataí, e o Harmonia, de Caçapava do Sul¹⁷. Quando questionado sobre o papel dos clubes diante das mudanças climáticas, Richard destacou a educação e a preservação da cosmologia ancestral, uma relação de cuidado com o planeta.

¹⁴ Atualmente, o Satélite Prontidão é presidido por Selmar Severo para o triênio 2026-2028.

¹⁵ Entrevista realizada com Richard Evandro Guterres Alves em 06 de novembro de 2024.

¹⁶ A atual presidenta da Executiva de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul é Virginia Borges, oriunda do Club 24 de Agosto, de Jaguarão, cidade próxima à fronteira com o Uruguai.

¹⁷ As campanhas de arrecadação e distribuição dos clubes foram registradas pela página do Instagram da Executiva – ver Clube Sociais Negros do RS (2026).

O Clube Social Negro é uma tecnologia quilombola, é um aquilombamento. E a cosmovisão africana está presente no funcionamento do Clube Social Negro. O Clube Social Negro pode ser carente em vários aspectos. De gestão. Mas não pode ser carente em relação à prática e à preservação, à divulgação para seus integrantes da cosmovisão e da tradição de matriz africana. Onde a preservação do meio ambiente é um fator primordial, porque é a partir do meio ambiente, do convívio e do respeito à natureza que nos dá tudo o que a gente tem, alimento, moradia, vestuário, percebe? Isso precisa ser preservado, precisa ser garantido para as gerações futuras. E o Clube Social Negro é esse espaço de educação face às tradições e à cosmovisão de matriz africana e, particularmente, em relação à educação ambiental¹⁸.

Contudo, essa não é uma posição consolidada, na visão de Richard. Para ele, ainda é preciso que os clubes negros trabalhem com atenção maior para a pauta ambiental e se afirmem enquanto herdeiros da ancestralidade.

Em termos prescritivos, os clubes negros podem buscar reconhecimento enquanto “patrimônios cosmológicos”, conceito utilizado pelo historiador Walter Lowande (2023) para se referir a uma política de conservação que foge do binômio material e imaterial. Desse modo, a resposta ao novo regime climático passa sobretudo pela capacidade de prestar atenção aos outros mundos possíveis que existem a partir desses patrimônios e de protegê-los das ferramentas que, propositalmente, dão conta de incluí-los enquanto parte de uma modernidade que fratura cultura e natureza (transparência).

Analisando as diversas proposições sobre o tempo do clima antropocêntrico, Rodrigo Turin (2023, p. 712-713) avaliou que as diferentes historicidades afetam diretamente o futuro do planeta: “o novo regime climático não apenas condicionará os regimes de historicidade possíveis do futuro, mas também os regimes de historicidade que se configuram no presente terão impacto direto no que será, de fato, esse novo regime climático”. Ao abordar os efeitos das mudanças climáticas nos clubes negros, podem-se considerar como *ancestralidades potenciais* as rearticulações temporais na diáspora africana vigentes com a adesão ao discurso de um novo regime climático. Como observei na experiência da Rede das redes, esse processo está avançado entre os povos de terreiro, especialmente pela articulação da Rede Afroambiental, que tratam de

¹⁸ Entrevista realizada com Richard Evandro Guterres Alves em 06 de novembro de 2024.

uma política de cuidado com o planeta e com a ferida do mundo racializado. Esse cuidado vem da sincronia entre o mundo dos orixás, portanto, da religiosidade, e a paisagem, o ambiente, onde essas comunidades se localizam.

Se algo assim será desenvolvido também pela rede de clubes negros, ainda não é possível dizer, mas dependerá da *mediação* dos seus arsenais ontoepistemológicos. Ao fim, este texto trata justamente dessa dimensão inacabada, na qual a historicidade, a memória negra (cosmotécnica) e a natureza se entrecruzam em diferentes escalas. Nesse sentido, minha descrição é também uma prescrição, uma vez que passo a escrever e imaginar sobre esses regimes de historicidade que se apresentam nas brechas de uma realidade forçosamente restabelecida pela chamada *reconstrução*.

* * *

Na figura 1, apresento o mapa da localização dos clubes negros do Rio Grande do Sul em relação às áreas diretamente atingidas pelas enchentes de maio de 2024. Os polígonos indicam a classificação dos municípios conforme o Decreto Estadual nº 57.614/2024: em vermelho, municípios em Estado de Calamidade Pública; em laranja, municípios em Estado de Emergência; em azul, municípios com outras classificações. Os pontos representam os clubes negros, coloridos conforme a situação do município em que estão localizados. O mapa foi gerado com a sobreposição dos dados disponíveis no *projeto Clubes Sociais Negros da Diáspora Africana* e os fornecidos pelo governo estadual¹⁹, com auxílio de inteligência artificial. Por se tratar de um estudo preliminar, não é possível chegar a conclusões maiores — outros fatores são importantes, por exemplo, se as associações atingidas estavam ativas ou não, se havia algum programa de proteção e conservação em curso, se participaram de ações de solidariedade, se foram severamente, parcialmente ou apenas indiretamente afetadas, etc. No entanto, o mapa auxilia no argumento principal deste artigo: de que a relação entre os clubes negros e as mudanças climáticas é uma dimensão

¹⁹Ver Mapa Único do Plano Rio Grande (Rio Grande do Sul, 2026).

ontopistemológica a ser melhor trabalhada. Entre os clubes computados, mais da metade estão localizados em municípios em estado de emergência ou de calamidade pública. É possível observar também que vários deles se encontram no centro das manchas de inundação.

É preciso um movimento coletivo e político seguindo as informações trazidas pela figura 1, além da expansão da pesquisa proposta neste trabalho. Contudo, posso especular que as enchentes de 2024 devem representar um ponto de virada para as historicidades dos clubes negros gaúchos.

Figura 1 – Clubes negros do RS em relação às áreas atingidas pelas enchentes de maio de 2024



Fonte: elaborado pelo autor (2026) com o auxílio da inteligência artificial Claude (Anthropic), a partir de dados extraídos de Rio Grande do Sul (2024) e Clubes Sociais Negros da Diápora Africana (2026a).

Diante das plantações

Na última década, a ferida do planeta tem sido chamada de Antropoceno no debate político e científico, que vem mobilizando diversos grupos no enfrentamento da crise climática. O conceito foi popularizado pelo químico Paul Crutzen, nos anos 2000, com uma série de artigos que debateram a nova era geológica resultante de: emissão de gases poluentes na atmosfera, em especial pela utilização de combustíveis fósseis (concentração de dióxido de carbono e metano); acidificação acelerada dos oceanos e o impacto na fauna e flora marinha (perda de 50% dos manguezais); recorrências de eventos extremos (ondas de calor, enchentes, furacões etc.); extinção em massa de espécies animais e vegetais, chamada de sexta grande extinção; entre outras causas (Artaxo, 2014). Em resumo didático, o Antropoceno sucederia ao Holoceno na cronologia geológica terrestre²⁰. Criado em 1988, o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Changes*, IPCC), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), tem recorrentemente alertado, em seus relatórios anuais, sobre a iminência de um colapso ambiental. No Acordo de Paris, de 2015, foram estabelecidos “limites planetários” para as consequências da crise — entre os quais está o teto de 1,5 °C para o aumento da temperatura média do planeta acima dos níveis pré-industriais. Esses limites visaram modificar consideravelmente a temporalidade moderna, uma vez que reduziriam a velocidade da flecha do tempo e, em alguns casos, a redirecionariam. Talvez por enfrentar uma consciência histórica calcificada, esses limites têm sido desrespeitados, ignorados ou deliberadamente negados. No sexto relatório, lançado em 2023, o IPCC noticiou que o planeta já aqueceu entre 1,1 e 1,2 °C. Nem mesmo cientistas e políticos envolvidos na diplomacia do clima acreditam que os tetos estabelecidos serão cumpridos. Na verdade, a maioria pensa ser provável um aquecimento de 2,5 °C até 2100 (Turin; Lowande, 2024).

Desde que os efeitos das mudanças climática se fizeram sentir, como a recorrência de eventos extremos e a intensificação da questão da migração,

²⁰ Apesar do intenso debate, que extrapola o campo científico da Geologia, o conceito de Antropoceno foi rejeitado pela *Internacional Union of Geological Sciences* (IUGS). Ver editorial de Alexander Kellner (2024).

visibilizada pela nova categoria de “refugiados climáticos”, a discussão sobre o Antropoceno se acirrou em torno de vários nomes. Segundo Turin e Lowande (2024, p. 9), o Antropoceno se tornou um daqueles “conceitos históricos fundamentais”, especialmente por toda rede semântica articulada em seu entorno. Porém, existe algo peculiar com ele: ninguém sabe ao certo de que experiência histórica se trata. “Afinal, o que a experiência da mudança climática e as suas diferentes categorizações nos colocam é, justamente, a necessidade de repensar e reelaborar profundamente aquilo que entendemos por história”. Desse modo, cada um dos nomes discutidos, cada qual com seus diagnósticos e prognósticos, trabalha diante de uma mesma matéria: a historicidade. Trata-se de manusear a flecha do tempo e toda sua carga substantiva a fim de responder: de que se trata a trajetória que empurrou os humanos para o seu fim? Entre os mil nomes de Gaia, estão o Capitaloceno, o Plantationoceno (que traduzo como Era das Plantações) e o Chthuluceno (HARAWAY, 2016, p. 140). Segundo Donna Haraway (2016), deve-se pluralizar as histórias, conceitos, sistemas, em prol do mais importante, que é formar alianças no *front* das mudanças climáticas.

A experiência dos clubes negros auxilia no questionamento da ausência da racialidade na rede semântica do Antropoceno. Sobre isso, já existe uma crescente bibliografia e ativismo que atenta e combate essa cegueira de cor nos movimentos e discursos ambientais, que leva a uma responsabilização conjunta desproporcional, ao menos no nível das políticas de Estado (Pereira, A., 2024). Essa crítica está atenta a como os discursos do Antropoceno figuraram a natureza e sua relação com os seres humanos. A geóloga Kathryn Yusoff (2018, p. xii), em interlocução com a crítica feminista negra, trabalhou a partir do conceito de “não humano”, mediante o qual uma “geologia branca” reduz discursivamente a matéria (o solo) a um composto sem sujeito, ao mesmo tempo que fixa os indivíduos racializados nesse mesmo estrato. Essa implicação material entre a figuração da natureza (a imagem do recurso para o extrativismo ambiental) e a carne dos corpos racializados é, segundo Yusoff (2018), frequentemente ignorada pelo debate sobre o Antropoceno. Em especial, Yusoff demonstra que a discussão dos pontos de virada (*golden spikes*) do novo regime climático é em si insuficiente,

pois não consegue abranger todas as formulações que transformaram as vidas negras em combustível para a maquinaria colonial.

Para Yusoff, os nomes dados para a catástrofe ambiental, vinculados à era industrial e à corrida nuclear, ignoraram a complexidade do mundo racializado. Por isso, a autora, em diálogo com a filósofa afro-jamaicana Sylvia Wynter, imaginou o Antropoceno se estendendo a partir de 1492, do evento da colonização. Não somente devido à invenção do Novo Mundo, mas também daquilo que seria a imagem primordial do Homem em contraposição a tudo que não é humano ou menor-que-humano — os(as) nativos(as), os(as) escravos(as), o solo, a água, a flora, os animais. Para o filósofo martinicano Malcom Ferdinand (2022), isso derivou de uma dessacralização da terra, um “matricídio”, que ao subsumir a relação matricial que o povo nativo caribenho possuía com o planeta, desontologizou a Terra a fim de transformá-la em mero recurso para a extração mineral e a produção de mercadorias. Em seu lugar, foi instaurado o regime das *plantações*, baseado fortemente em uma filiação patriarcal, que implicou as relações de gênero importadas do velho continente para as relações raciais reelaboradas nas Américas.

Esse imperialismo ontológico compôs a cena da colonização, que se estende para trás e para frente, invade o estrato geológico e sobe à atmosfera, hierarquizando vidas e não vidas — o que a antropóloga e filósofa Elizabeth Povinelli (2024) chamou de “geontopoder”. Segundo Ferdinand (2022, p. 67), o novo regime climático é caracterizado pelo, e também é consequência do alastramento do sistema das *plantações* nos modelos produtivos, sociais e de gestão ambiental: “a *plantation* não se limita às fronteiras da propriedade rural ou fábrica. Ela designa as injustiças espaciais globais, as relações de poder e de dependência entre lugares situados em diferentes pontos da terra”. A lógica das *plantações* se espalhou na metrópole e na colônia, ao norte e ao sul, modulando a sociedade de consumo e sua passividade fundamental diante dos rumos do planeta. Ainda, segundo o filósofo, tanto os discursos sobre o Antropoceno quanto as críticas ao racismo, que encaram o trauma da escravidão são sobrepostos pela cegueira à “dupla fratura da modernidade”: de um lado, a separação entre cultura (humana) e natureza (não humana); de outro, a humanidade (branca, europeia,

cristã, patriarcal) e os entes menos-que-humanos (não brancas, não europeias, não cristãs, matrilineares). Essa dupla fratura é responsável por um modo de “habitar colonial”.

O mais importante é que esse habitar colonial criou uma terra sem mundo, sem relações vitais entre humanos e demais seres não humanos e mais-que-humanos. Por isso, Ferdinand (2022, p. 39, grifo do autor) defendeu a busca por um mundo, no sentido fenomenológico, como horizonte de uma ecologia decolonial: “[...] tomar o mundo como objeto da ecologia é trazer de volta para o centro a questão da *composição política* entre essas pluralidades e, portanto, de um agir conjunto”. Diante da Era das Plantações, os clubes negros aparecem enquanto uma tecnologia que visa reverter esses processos históricos em direção à recomposição do mundo ancestral e/ou humano. Ao mesmo tempo, os clubes não são as únicas tecnologias oriundas da diáspora africana. Como observei na experiência da Rede das redes, existe uma sincronicidade possível entre diferentes tecnologias sociais que coincidem com o mesmo direcionamento ecológico de restituir a imagem da humanidade de indivíduos transformados em mercadoria. É preciso determinar uma escala em que essas tecnologias podem sincronizar suas contra-historicidades modernas a fim de fazer frente às demais redes técnicas das plantações, em especial às suas estéticas de repetição monocultural.

No entanto, essa descrição sobre os clubes negros ainda não se concretizou no movimento clubista, razão de parte do teor prescritivo deste texto. Ou, nas palavras de Latour (2020a, p. 51), do meu alarme, um alerta: “descrever é não apenas informar, mas também alarmar, comover, pôr em movimento, chamar à ação, talvez até dobrar o sino”. Não necessariamente, diz o filósofo, essas prescrições dizem o que é preciso fazer em detalhe, basta colocar a ação coletiva sob tensão — “[...] é preciso se acostumar a um *encadeamento contínuo de ações que começam pelos fatos, que prolongam em alerta e apontam para decisões*” (Latour, 2020a, p. 85, grifo do autor). E a decisão à qual os clubes negros precisam responder é a de incorporar o comportamento da Terra (Gaia), na Era das Plantações, em uma consciência planetária e assim possibilitar que as fugas e os

espaços seguros que constroem prolonguem a mensagem de cuidado com a dupla fratura.

No tempo do meu trabalho de campo tive a oportunidade de acompanhar duas reuniões do movimento clubista²¹. A primeira aconteceu no X Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul, em setembro de 2023, na Sociedade Cultural e Beneficente União, cidade de Santa Cruz do Sul, interior do estado gaúcho. O movimento rompia um hiato que durou quase 10 anos, tendo o último encontro estadual ocorrido em 2015, também no clube União. O Encontro em Santa Cruz também ocorreu após o período da pandemia da Covid-19, que, nas palavras das diretorias presentes, foi brutal com os clubes negros. A intenção era reorganizar o coletivo para eleger uma nova direção executiva que pudesse realizar o XI Encontro clubista com uma infraestrutura e organização mais bem fundamentadas. Naquele momento, o lema escolhido foi o de “reconexão”, que serviu para representar as *ancestralidades potenciais* citadas antes. Como observei, reunidos, os clubes negros operam como singularidades em rede, mantendo uma aparente totalidade e preservando suas características locais em certa opacidade. Nenhum clube pode ser definido pelos seus iguais, muito embora todos concordem em se orientar pelos mesmos objetivos: o encontro, a afirmação da humanidade negra, a organização da política antirracista e, pertinente nas últimas décadas, a defesa da memória e do patrimônio negro (Vargas, 2026).

É nesse ponto que se pode dizer que os clubes negros seguem um regime de historicidade comum, que chamo de invenção²² de uma temporalidade ancestral. Esse tempo, segundo Sodré (2021, p. 187), é inscrito pelo famoso aforismo: Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje. “O

²¹ O material empírico deste trabalho, portanto, deriva em duas escalas distintas: a local, da convivência no trabalho de história pública na Associação Satélite Prontidão; e a da rede de clubes negros, que apresenta um caráter político-normativo sobre o movimento clubista. Os dados obtidos junto à rede não permitem a generalização descritiva sobre os clubes negros, mas atestam as mediações discursivas realizadas por essas entidades em campanhas de reconhecimento público, como também avalia o antropólogo Alexandre Peres Lima (2015) em trabalho sobre o Club 24 de Agosto, de Jaguarão-RS. Abordar essa rede, portanto, é tratar de uma segunda camada da realidade clubista, que tem especialmente influenciado os clubes negros no século XXI.

²² Invenção no sentido de produção de um instrumento ontoepistemológico, não relativo aos valores de falso ou verdadeiro.

enunciado do provérbio só é concebível se o presente ou o agora funda o tempo (temporaliza) por meio da ação/ acontecimento (a pedrada mitológica) e assim pode coexistir com o passado — pode tornar simultâneo o que não é contemporâneo”. De certo modo, os clubes negros optaram por se tornar esse caminho técnico de transmissão de uma mensagem (a historicidade). A flecha do tempo ancestral guia o movimento clubista em um desenho espiralado, revertendo o que a historicidade moderna tenta estabelecer enquanto uma distância intransponível: “a chave do provérbio está, assim, na experiência da reversibilidade (a restituição pelo sacrifício ou pela oferenda), que é maior do que a da cronologia dos relógios” (Sodré, 2021, p. 188). É essa ancestralidade que possibilita a compreensão de um antes e um agora no tempo comum a todos os clubes negros, além de pregar que o retorno (a reversão) é sempre uma ação sobre o presente.

No entanto, apesar das ações dos clubes negros diante das enchentes, o movimento clubista ainda não elaborou em seu principal dispositivo — o encontro — uma reação discursiva às mudanças climáticas. Ao longo de 2025, o movimento clubista realizou encontros sub-regionais preparatórios para o XI Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul nas cidades de Pelotas, Venâncio Aires, Canoas e Caçapava do Sul, todos organizados por clubes negros anfitriões. Em novembro de 2025, ocorreu o XI Encontro na Sociedade Cultural Beneficente Castro Alves, em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, uma das cidades mais severamente castigadas pelas águas. Estive presente, acompanhando atentamente os debates, discussões e apresentações das diretorias clubistas negras. Entre elas estava o grupo oriundo da cidade de Júlio de Castilhos, no centro do estado, representando a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, que estava interdita por conta de um deslizamento de terra durante as chuvas de maio de 2024. Com a conjugação das cartas redigidas nos encontros sub-regionais e os diálogos ocorridos em Canoas, o movimento clubista escreveu um novo documento orientador fundamental para os clubes negros²³. *Na Carta*, o coletivo especificou deliberações em cinco temas: a reafirmação da

²³ Todos os documentos e registros do evento estão disponíveis em site próprio (Sociedade Cultural e Beneficente União, 2025).

resistência histórica nos clubes negros; a defesa de políticas públicas direcionadas a essas associações; a importância da boa administração local e a sustentabilidade dessas instituições; o papel das representações em órgãos de promoção da igualdade racial (PIR); e a luta por reconhecimento dos clubes negros como patrimônio imaterial.

Não há menções às enchentes de maio de 2024 ou às mudanças climáticas, o que demonstra a persistente distância entre o antirracismo e o ambientalismo, como alertou Ferdinand (2022). No entanto, os clubes negros são tecnologias que efetivamente reagem ao mundo colonial e revelam as relações espaciais de poder que tentam apagar a existência negra de regiões gentrificadas. Tendo atestado o potencial clubista de trabalhar na defesa do cuidado com o mundo racializado, cabe questionar: de que modo as mudanças climáticas podem compor os *fronts* de defesa existencial dos clubes negros? Considerando a trajetória do movimento clubista nas últimas duas décadas, acredito que é importante iniciar uma nova descrição dos coletivos formados por essas tecnologias da memória negra. Os clubes negros podem incorporar a crítica ao Antropoceno, primeiro descrevendo a si mesmos por suas *performances*, o que *fazem* na elaboração de um mundo alternativo, e depois abordando a dupla da fratura colonial. Para isso, deve-se atentar para os entes não humanos com os quais essas coletividades formadas nos processos históricos do pós-abolição foram entrelaçadas — inclui-se a dimensão do sagrado e da religiosidade, demonstrada pelas alianças com os povos de terreiro.

Diante das plantações, os clubes negros prolongaram e deram continuidade às técnicas de fuga e restituição da imagem da humanidade negra, se constituindo como espaços seguros dos ataques raciais e inventando conceitos de liberdade (Roberts, 2025). Orientados pela memória negra, é possível que os clubes negros continuem se oferecendo como alternativas tecnológicas às opções do mundo digital superaquecido, em que o convívio é substituído por interações algorítmicas previsíveis e mensuráveis.

O Atlântico negro como espaço cosmotécnico

Para os clubes negros reagirem às mudanças climáticas, e admitirem o cuidado com a dupla fratura moderna como basilar de suas ações, é preciso compreender o racismo ambiental e o extrativismo colonial como consequências de uma mesma força geológica nomeada de Antropoceno, e que aqui renomeei (em um sentido corretivo e complementar) de Era das Plantações. Porém, como a experiência da Rede das redes demonstrou no Satélite Prontidão, é igualmente necessário que os clubes negros se entendam enquanto partes de uma totalidade não homogênea, de uma historicidade comum, contra-moderna, que perpassa o sentido abrangente que Beatriz Nascimento (2021) forneceu ao conceito de *quilombo*. É a partir disso que os clubes podem se abrir a outras experiências de *ser negro*, à juventude, que aparece recorrentemente nos debates internos, uma vez que se compreende um mundo a ser buscado, composto e protegido. É nesse sentido que penso ser relevante para a conclusão deste texto a retomada do conceito de Atlântico negro, desenvolvido por Paul Gilroy, a fim de defender um *humanismo planetário* como orientação ética na Era das Plantações.

O Atlântico negro (Gilroy, 2012) não é tanto um conceito das ciências humanas quanto é um exercício de figuração de uma contra-história da modernidade do Ocidente, pela qual é possível encontrar os rastros de uma tradição cultural e intelectual divergente do triunfalismo da globalização euro-americana. No entanto, isso não implica uma simples história subalterna de resistência, que, no geral, repete os binarismos modernos. A proposta de Paul Gilroy, quando do lançamento do seu livro, em 1993, há mais de 30 anos, era a de reconhecer um profundo vínculo entre a modernidade filosófica ocidental e os processos de racialização que criavam lógicas de desumanização em praticamente todas as dimensões centrais dessa história: do Capital, dos Estados-nação e dos movimentos políticos, das revoluções culturais e da tecnologia. Desse arcabouço, Gilroy descreveu complexidades e contradições na emergência de uma tradição intelectual africano-americana que se estendia por todo o Atlântico, seja na ascensão de pensamentos com base na raça (raciológicos) na comunidade negra, que defendia ideias essencialistas e intransponíveis de etnia e cultura (absolutismo étnico), seja nas vanguardas artísticas e intelectuais que, segundo

Gilroy, avançaram na direção de um mundo pós-racial. Com êxito, Gilroy construiu uma posição que nomeou de “novo humanismo”, na qual se firma até hoje (Koshy, 2021).

Nesse sentido, é interessante que Gilroy tenha falado sobre seu próprio trabalho enquanto um “software de código aberto”: “olhando para trás, eu gostaria de pensar que isso forneceu algo como um software de código aberto, onde o código está disponível publicamente e, se as pessoas quiserem modificá-lo, estão absolutamente livres para fazê-lo” (Crichlow, 2022). Nessa entrevista, Gilroy renunciou a qualquer propriedade sobre o Atlântico negro, acolheu as críticas, incentivou projetos contrários e avaliou *The Black Atlantic* como uma resposta a uma conjuntura específica. O Atlântico negro traz consigo um dado importante para a correção dos pontos de virada das *historicidades potenciais* do novo regime climático. Gilroy formulou e consolidou análises diversas a respeito dos processos de racialização no mundo moderno, sempre com um tom polêmico e interventivo. Contudo, ainda considero que essas posições iniciais não dão conta do enfrentamento das questões climáticas e da monocultura tecnológica²⁴.

Pensando do ponto de vista dos clubes negros e da necessidade da incorporação do novo regime climático em seus reposicionamentos a partir dos seus arsenais ontoepistemológicos, minha proposta é que o diálogo entre Paul Gilroy (2012) e Yuk Hui (2020), entre o Atlântico negro e a cosmotécnica, possa orientar histórias complexas e de tom utópico sobre as vidas racializadas, as tecnologias modernas e a exploração ambiental. Essas histórias devem assumir uma criatividade imaginativa e especulativa em torno da invenção técnica, considerando a variedade de cosmotécnicas possíveis de serem trabalhadas.

Em relação ao Atlântico negro, o emprego da cosmotécnica de Hui sofreria um ajuste a respeito da sua leitura sobre a raça, elevando a escala de análise no que diz respeito à ideia de historicidade. Afinal, como é possível falar em localidade a partir de um *não ser* que emerge com a passagem pelo Atlântico — portanto, do mar e não do solo? Nesse caso, a historicidade do Atlântico negro não submete o espaço a uma cronologia dada e concretizada na tradição atávica

²⁴ Lamento escrever antes de Paul Gilroy publicar seu trabalho sobre um novo regime climático, prometido por ele em entrevista recente (Crichlow, 2022).

da nação. É, na verdade, “[...] uma erupção utópica do espaço na ordem temporal linear da política negra moderna, que reforça a obrigação de que espaço e tempo devem ser considerados em relação, na sua interarticulação com o ser racializado” (Gilroy, 2012, p. 369).

Esse é o principal fundamento das *ancestralidades potenciais* que observei nos clubes negros. Não acredito que Hui possua qualquer objeção a uma noção de historicidade que foge do horizonte de temporalização do *ser* (do *Dasein*, em um vocabulário heideggeriano) e que recorre a uma espacialidade disruptiva, que dispersa histórias menores a respeito da composição do Ocidente. Por outro lado, a tecnodiversidade aponta para o papel fundamental da tecnologia nessa dinâmica, e, novamente, para os clubes e suas operações. O que interessa à minha prescrição é que vários mundos negros possam ser descritos e protegidos, recusando as limitações de uma política neoliberal de representatividade. Tal fragmentação passa decisivamente pela pluralização dos modos de existência da tecnologia. Por conta disso, é importante manter as tecnologias nos plurais, como defende Hui (2020), de modo que cada uma dessas realidades do Atlântico negro corresponda a uma sustentação inorgânica organizada (a técnica).

Ambos os autores defendem um pensamento planetário. Segundo Hui (2024, p. 6), o planetário deve ser entendido como a sincronização do tempo (História) e a supressão do espaço, um projeto da modernidade ocidental, que decorreu na categoria do planeta enquanto objeto comum compartilhado por todos os seres humanos, para além de qualquer fronteira. Como explica Dipesh Chakrabarty (2024), essa imagem do planeta ganhou contornos melhores com a emergência das ciências do Sistema Terra e a elaboração de um tempo mensurável e profundo. Mas para o planeta emergir enquanto suporte comum de vários mundos, segundo Hui (2024), é preciso cultivar e proteger sua heterogeneidade e pluralidade, seguindo três agendas cosmopolíticas: da tecnodiversidade (a diversidade do pensamento técnico); da biodiversidade (ou do multinaturalismo); e da noodiversidade (da pluralidade epistemológica). Com isso, Hui propõe uma geopolítica baseada na “diplomacia epistemológica”. Esse conceito de planetário de Yuk Hui (2024) e Chakrabarty (2024) não pressupõe o fim do humanismo, mas a ascensão de um *humanismo planetário* afastado do

antigo triunfalismo moderno e assentado na fragilidade compartilhada e no cuidado, defendido também por Gilroy.

Os clubes negros, como outras tecnologias oriundas do Atlântico negro, defendem um se *tornar humano* diante da Era das plantações, a partir da fuga e do cuidado com a ferida do planeta. *Tornar-se humano*, na semântica desse tempo ancestral, é submeter o tempo ao espaço, pluralizar as historicidades e suas relações com a paisagem. *Tornar-se humano* dotado de um corpo planetário, como escreve Chakrabarty (2024, p. 200), se baseando na experiência *dalit* da Índia: “[...] uma forma de vida conectada a outras formas de vida que estão em última instância, todas vinculadas à geobiologia do planeta e cujo próprio bem-estar depende dessas vinculações”.

Conclusão

Retomando os problemas que abriram este texto: como os clubes negros se posicionam diante das mudanças climáticas? Como elaboram suas histórias e memórias considerando o novo regime climático? Desde 2022 convivendo e estudando com e sobre os clubes negros do Rio Grande do Sul, acredito que a resposta é complexa e contraditória, e envolve tanto um exercício descritivo quanto prescritivo; de imaginação e especulação, por assim dizer. De certa forma, essas associações reagem à crise climática com as mesmas operações fundamentais em suas histórias particulares — a fuga, a restituição da imagem da humanidade negra, a construção de espaços seguro e o cuidado com a ferida do mundo racializado —, de modo que podemos compreendê-las cada vez mais como tecnologias da memória negra (cosmotécnica). Demonstrei isso através da experiência da Rede das redes, em que relatei as alianças formadas na Associação Satélite Prontidão (ASP). Contudo, não há uma consciência climática, ou planetária, concretizada nos dispositivos de rede do movimento clubista, de modo que ainda é preciso a consideração de outras intencionalidades não humanas e mais-que-humanas no reposicionamento ontoepistemológico dos clubes negros. Para tanto, o Atlântico negro reaparece como um conceito fundamental por considerar uma rede em ampla escala em que os clubes podem se compreender dividindo contra-historicidades comuns e síncronas com outros grupos que já

avançaram na elaboração crítica da Era das Plantações — por exemplo, a Rede Afroambiental, que juntou forças com a ASP durante as enchentes de maio de 2024.

É importante considerar o entendimento do então presidente da ASP de que o clube cumpriu uma orientação ancestral abrindo suas portas para a organização de movimentos de *solidariedade concreta* — para Yuk Hui (2020), quão mais concreta é a tecnologia, mais situada e incorporada ao ambiente está. Segundo Richard, foi na dificuldade que a ASP estreitou laços com seu território:

[...] E isso trouxe, então, efetivamente, o conhecimento da comunidade da zona norte da existência do Satélite Prontidão naquele território. Antes se pretendia ter essa visibilidade a partir da realização de festas, mas foi na dificuldade que o Satélite Prontidão se tornou conhecido, repetindo o apoio à comunidade que o Satélite Prontidão executava lá no seu início, lá na sua criação, com a Associação Satélite Porto-alegrense, com o Bloco Carnavalesco Prontidão, apoio direto às famílias negras necessitadas²⁵.

O cerne dessa declaração é que o passado funciona como um guia ético. Considerando a comunicação em rede do movimento clubista, essa orientação configura uma possibilidade de enfrentamento real — o que chamei de *ancestralidades potenciais*. E isso será ainda mais crucial nos anos que se seguirão [agora, leitora, penso que este texto deve *dobrar o sino!*].

Passaram-se mais de dois anos desde a maior catástrofe ambiental da história do Rio Grande do Sul, quando as águas do Guaíba demonstraram a fragilidade da engenharia que considerou a natureza enquanto um ente inerte às ações da cidade moderna. As barreiras de contenção falharam, as casas de bombas não foram o suficiente e o Jacaré voltou a inundar as vias da Avenida Ipiranga, no coração de Porto Alegre. As políticas de memória da capital gaúcha refluíram e lembraram que a gentrificação dos bairros centrais e o aterramento dos afluentes dos rios fizeram parte de um mesmo projeto de domesticação e racialização. Como escreveu André Araújo (2025, p. 17), “o concretamento é também um branqueamento”. Apesar dessa ferida ter sido aparentemente aberta, ao que tudo indica a flecha do tempo do progresso não irá desacelerar. No dia 28 de janeiro de 2026, a gestão de Sebastião Melo apresentou em audiência pública

²⁵ Entrevista realizada com Richard Evandro Guterres Alves em 06 de novembro de 2024.

um planejamento de comercialização do potencial construtivo das margens do Arroio Dilúvio (antigo Jacareí, agora espremido entre as vias de asfalto) com a alegação de reunir recursos para a despoluição do córrego. Para tanto, foi criada a *Operação Urbana Consorciada (OUC) Regenera Dilúvio*²⁶, visando realizar estudos de impacto ambiental e socioeconômico e buscar investimentos privados, nos modelos da gestão neoliberal de Melo. Na audiência, esvaziada de representação dos movimentos populares diretamente interessados, foi denunciado o risco de gentrificação e o impacto demográfico, com a inflação populacional nas margens do Dilúvio e a remoção de aproximadamente 400 famílias (Prestes, 2026). A projeção, portanto, é estender os processos de racialização espacial da especulação imobiliária.

O *Regera Dilúvio* é mais um capítulo dos conflitos cosmopolíticos que aguardam os clubes e demais organizações negras, uma vez que o discurso da *reconstrução* neoliberal aparenta vencer a disputa pelas memórias das enchentes. O alarme, portanto, é direcionado aos clubes negros e demais tecnologias da memória negra: é preciso fazer frente a esse regime de historicidade, e as *ancestralidades potenciais* apresentam uma força real nesse enfrentamento.

Referências

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilombola**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

ARAÚJO, André. Prefácio. In: SASSO, Renata Dal. **Inundadas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Machado, 2025. p. 11-24.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13–24, 2014.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.

²⁶Informações oficiais sobre a Regera Dilúvio estão disponíveis online (Porto Alegre, 2026).

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro

Gabriel dos Santos Gonzaga

BRAGA, Gesline G. “Cada um no seu quadrado”: os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 6–24, 2019.

BRULLE, Robert J.; NORGAARD, Kari Marie. Avoiding cultural trauma: climate change and social inertia. **Environmental Politics**, [s.l.] v. 28, n. 5, p. 886–908, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644016.2018.1562138>. Acesso em: 20 ago. 2026.

CADONÁ, Marco André. Qual Reconstrução do Rio Grande do Sul? Enchentes de 2024 e o projeto político de reconstrução da burguesia industrial. **Redes**, Santa Cruz, v. 29, p. 1–24, 2024.

CENTRAL REDE DAS REDES. @centralrededasredes. Instagram. [2026]. Disponível em: <https://www.instagram.com/centralrededasredes>. Acesso em: 5 ago. 2026.

CHAKRABARTY, Dipesh. **O global e o planetário**: a história na era da crise climática. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2024.

CLUBES SOCIAIS NEGROS DA DIÁSPORA AFRICANA. **Mapeamento de Clubes**. [Porto Alegre], [2026a]. Disponível em: <https://clubessociaisnegrosdadiasporaafricana.com/mapeamento-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2026.

CLUBES SOCIAIS NEGROS DA DIÁSPORA AFRICANA. **Documentos**. [Porto Alegre], [2026b]. Disponível em: <https://clubessociaisnegrosdadiasporaafricana.com/documentos/>. Acesso em: 5 ago. 2026.

CLUBES SOCIAIS NEGROS DO RS. @clubesociaisnegros_rs. Instagram. [Porto Alegre], [2026]. Disponível em: https://www.instagram.com/clubessociaisnegros_rs/?hl=en. Acesso em: 20 ago. 2026.

CRICHLLOW, Camile. Holding Hands with ghosts: a conversation with Paul Gilroy. **Black Atlantic Museum**, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://afterallartschool.org/blackatlantic/essays/holding-hands-with-ghosts-a-conversation-with-paul-gilroy>. Acesso em: 20 ago. 2026.

DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. **Revista Mundos do Trabalho**, [s.l.], v. 15, p. 1–22, 17 out. 2023.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 221f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro

Gabriel dos Santos Gonzaga

FIOCRUZ. Rio Grande do Sul no contexto da Crise Climática: eventos extremos no Vale do Taquari e na Bacia do Lago Guaíba. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. **Mapa de Conflitos:** injustiça ambiental e saúde no Brasil. [S.l.]: FIOCRUZ, 19 jan. 2026. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rio-grande-do-sul-no-contexto-da-crise-climatica-eventos-climaticos-extremos-no-vale-do-taquari-e-na-bacia-do-lago-guaiba>. Acesso em: 20 ago. 2026.

FORD, Allison; NORGAARD, Kari Marie. Whose everyday climate cultures? Environmental subjectivities and invisibility in climate change discourse. **Climatic Change**, [s.l.], v. 163, n. 1, p. 43–62, nov. 2020.

GALDINO, Victor. **Imagens da noite:** ensaios sobre raça e racialização. São Paulo: Glac, 2024.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Candido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GONZAGA, Gabriel. Clubes Sociais Negros, Tecnologias Quilombolas: retomando o debate conceitual. *In:* VARGAS, Giane da Silva; SANTOS, José Antônio; FERREIRA, Marcia Terra (org.). **Clubes Sociais Negros e Protagonismo Social.** Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. p. 175–200.

GONZAGA, Gabriel; SILVA, Alex Sandro Malaquias da. Cosmotécnica como cosmopolítica da memória: uma proposta analítica a partir da obra de Yuk Hui. **Revista Inter-Ação**, [s.l.], v. 49, n. 1, p. 314–330, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.5216/ia.v49i1.76422>. Acesso em: 20 ago. 2026.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 139–146, 2016.

HARTWIG, Elisa; HOHENDORFF, Raquel Von. O capitalismo de desastre no Brasil: enchentes no Rio Grande do Sul e violação dos direitos humanos. **Cadernos do Programa de pós-graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 251–273, 2024.

HUI, Yuk. **Machine and sovereignty: for a planetary thinking.** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2024.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KELLNER, Alexander W. A. Anthropocene epoch proposal rejected: does it really matter? **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, [s.l.], v. 96, n. 2, e2024962, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0001-376520242024962>. Acesso em: 20 ago. 2026.

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro

Gabriel dos Santos Gonzaga

KOSHY, Yohann. The last humanist: how Paul Gilroy became the most vital guide to our age of crisis. **The Guardian**, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2021/aug/05/paul-gilroy-britain-scholar-race-humanism-vital-guide-age-of-crisis>. Acesso em: 20 ago. 2026.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA, Guilherme Carvalho. **Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil**: análise e sistematização de informações. Brasília: IPHAN, 2015.

LIMA, Alexandre Peres de. **As lutas, os bailes, as retomadas**. 113f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOWANDE, Walter. Patrimônios cosmológicos: futuros extramodernos emergentes em três encontros patrimoniais. *In*: BENEVIDES, Gilmar; LOWANDE, Walter (org.). **Estudos críticos de patrimônio**: abordagens transnacionais. São Paulo: Tirant Emporio do Direito Editorial, 2023. p. 243–259.

MASCARENHAS, Gregório; MEDINA, Tiago. Prefeitura sabia dos problemas na casa de bombas que inundaram Menino Deus, Cidade Baixa, Centro e Sarandi. **Matinal Jornalismo**, Porto Alegre, 20 maio 2024. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/prefeitura-sabia-dos-problemas-na-casa-de-bombas-que-inundaram-menino-deus-cidade-baixa-centro-e-sarandi>. Acesso em: 20 ago. 2026.

MEMORIAL DA ASP. **@memorialdaasp**. Instagram. [2026]. Disponível em: <https://www.instagram.com/memorialdaasp>. Acesso em: 21 jun. 2026.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita Por Mãos Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Allan K. Da porta ao ponto do não retorno: antinegitude e as vidas póstumas da plantação. *In*: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. F. (org.). **Antropoceno**: perspectivas historiográficas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2024a. p. 19–36.

PEREIRA, Rafael H. M. *et al.* **Nota Técnica n. 02 (CGDTI)**: uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024b. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14337/4/NT_02_CGDTI_Uma_Estimativa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro

Gabriel dos Santos Gonzaga

PILLAR, Valério D.; OVERBECK, Gerhard E. Learning from a climate disaster: the catastrophic floods in southern Brazil. **Science**, Washington, D.C., v. 385, n. 6713, 2024.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Regenera Dilúvio**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [2026]. Disponível em: <https://regeneradiluvio.com.br/>. Acesso em: 22 jun. 2026

PRESTES, Felipe. Remoção de 400 famílias e gargalo viário: o que diz projeto da Prefeitura para a Avenida Ipiranga. **Sul 21**, [s.l.], 29 jan. 2026. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2026/01/remocao-de-400-familias-e-gargalo-viario-o-que-diz-projeto-da-prefeitura-para-a-avenida-ipiranga>. Acesso em: 20 ago. 2026.

POVINELLI, Elizabeth. **Catástrofe ancestral**: e existências no liberalismo tardio. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

REDE AFROAMBIENTAL. **@redeafroambiental**. Instagram. Rio de Janeiro, [2026a]. Disponível em: <https://www.instagram.com/redeafroambiental>. Acesso em: 5 ago. 2026.

REDE AFROAMBIENTAL. **A Rede Afroambiental**: quem somos. Rio de Janeiro: Rede Afroambiental, [2026b]. Disponível em: <https://redeafroambiental.org/about/>. Acesso em: 22 jun. 2026.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Defesa Civil RS. **Decreto Estadual nº 57.614/2024**: Área diretamente atingida pelas enchentes de 2024. Porto Alegre: Defesa Civil RS, 2024.

ROBERTS, Neil. **Liberdade como quilombagem**. Rio de Janeiro, RJ: Papéis Selvagens Edições, 2025.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Mapa Único do Plano Rio Grande**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, [2026]. Disponível em: <https://mup.rs.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2026.

ROLIM, Ágatha. **Por um mundo onde possamos ser mais Oxum e menos Vênus**. 2025. Manuscrito.

SASSO, Renata Dal. **Inundadas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Machado, 2025.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus** — Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro, RJ: Editora Cobogó, 2022.

SILVA, Fernanda O. da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870–1960). 285f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro

Gabriel dos Santos Gonzaga

SILVA, Marcelo Kunrath. **Os donos de Porto Alegre**. Porto Alegre: GPACE, 2024. Disponível em: <https://zenodo.org/records/12728233>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SOCIEDADE CULTURAL E BENEFICENTE UNIÃO. **11º Encontro Estadual dos Clubes Sociais Negros do RS**. Santa Cruz do Sul: SCB União, [2025]. Disponível em: <https://scbuniao.com.br/11o-encontro-estadual-dos-clubes-sociais-negros-do-rs>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

STEWART, Charles. Historicity and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 45, n. 1, p. 79–94, 2016.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55°C acima dos níveis pré-industriais**. Brasília: ONU Brasil, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/287173-onu-confirma-2024-como-o-ano-mais-quente-já-registrado-com-cerca-de-155c-acima-dos-níveis>. Acesso em: 20 ago. 2026.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: o poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703–724, 2023.

TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter F. Introdução: o Antropoceno como desafio historiográfico. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (org.). **Antropoceno: perspectivas historiográficas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2024. p. 7–18.

VARGAS, Giane da Silva; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Clubos Negros nas Américas**. São Paulo, SP: Editora Dandara, 2025.

VARGAS, Giane da Silva. **Clubos Sociais Negros e o Processo de Reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil: articulações, desafios e avanços do movimento clubista (2001-2026)**. [S.l.:s.n.], 2026. Disponível em: <https://clubessociaisnegrosdadiasporaafricana.com/a-voz-dos-clubes-sociais-negros>. Acesso em: 20 ago. 2026.

VIEIRA, Daniela Machado. **Territórios negros em Porto Alegre–RS (1800–1970)**. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

YUSOFF, Kathryn. **A Billion Black Anthropocenes or None**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

Os clubes negros diante da Era das Plantações: mudanças climáticas e cosmotécnica no Atlântico negro

Gabriel dos Santos Gonzaga

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Revista Tempo e Argumento

Volume 18 - Número 47 - Ano 2026

tempoeargumento.faed@udesc.br